

CEDI - P. I. B.  
DATA 28, 06, 88  
COD BW 06

O PROJETO CALHA NORTE E OS BANIWA DO ALTO RIO NEGRO (AM)

Robin M. Wright  
Professor de Antropologia  
Universidade Estadual de Campinas

1985

## Introdução

Este trabalho concentra na situação dos índios Baniwa, povo aruak que vive na fronteira do Brasil, Venezuela e Colômbia, e um dos vários grupos indígenas da região do Noroeste Amazônico diretamente afetados pelo Projeto Calha Norte. A análise apresentada aqui visa complementar os trabalhos por outros pesquisadores sobre os povos Tukano-falantes e os Makú. Os objetivos principais do nosso trabalho serão de mostrar o seguinte:

1.) Que os programas de desenvolvimento econômico e colonização previstos para a região, no Projeto Calha Norte (PCN), além de constituírem uma grave violação de direitos indígenas às suas terras e recursos, são inviáveis em vista da fragilidade do ecossistema regional;

2.) Que o aumento na presença militar na região, também previsto no PCN, terá graves consequências para as comunidades indígenas, principalmente os Baniwa que por mais de dois séculos têm sofrido os abusos de autoridade dos militares brasileiros;

e 3.) Que, em geral, o PCN falhará a trazer qualquer benefício para os habitantes indígenas da região a não ser que os objetivos e programas de ação do Projeto sejam reformulados e soluções encontradas para os graves problemas já existentes na região.

Um pouco sobre as nossas pesquisas na região: Em 1976 e 1977, começamos as nossas investigações etnográficas e etnohistóricas entre os grupos Baniwa do Rio Aiary e seus afluentes. Baseado nestas pesquisas, escrevemos a nossa dissertação doutoral e vários artigos publicados (Wright, 1981, 1982, 1983, 1986). Desde 1984, temos participado no projeto "Levantamento da Situação Atual dos Povos Indígenas no Brasil" do CEDI, principalmente como membro do equipe organizador do volume Noroeste Amazônico (vol. 1) e, desde 1985, como coordenador deste volume. Além de fazer pesquisas de campo recentes na área, temos acompanhado a situação atual de mineração nas áreas Tukano e Baniwa, através de jornais, entrevistas com as lideranças indígenas, e contatos contínuos com outros pesquisadores e missionários na área.

### A População e o Território dos Baniwa

Trata-se de uma população fronteiriça, cujo número está dividido pelas fronteiras internacionais de três países: Colômbia, Venezuela e Brasil. A maioria vive no lado brasileiro, um total de 3,722 em 103 comunidades principalmente ao longo do Rio Içana

e seus afluentes os rios Guiary, Aiary, e Cubate (veja mapa em anexo), e em várias comunidades ao longo do Alto Rio Negro entre São Gabriel da Cachoeira e San Carlos del Rio Negro (Venezuela), o Baixo Rio Xié, e o Baixo Rio Waupés. Na Venezuela e na Colômbia, onde são chamados "Curripaco", a população é aproximadamente 2,000 índios vivendo em comunidades ao longo do Rio Guainia e seus afluentes, e o alto Rio Içana.

É importante notar aqui que esta população tem crescido bastante durante os últimos 60 anos. Quando Curt Nimuendajú visitou a região em 1927, a população dos Baniwa no Brasil era apenas 1,055, o que indica que tem havido um aumento de mais de 300% no último meio-século. Como explicaremos mais em diante, a população Baniwa está atualmente no seu máximo em termos das possibilidades ecológicas de sustentá-la, e é provável que na história a população nunca tenha ultrapassado este número por muito, sem ter causado conflitos inter-tribais ou criado situações difíceis de sustentar.

### A Questão Ecológica

Os Baniwa são sedentários; vivem de caça, de pesca, e do cultivo principalmente da mandioca, base da sua alimentação. Na região do Rio Içana, a terra produtiva para cultura é escassa e distribuída desigualmente pela região. Em algumas áreas, a terra firme se encontra próxima às aldeias, e os Baniwa a têm cultivado durante longos períodos de tempo. Mas esta terra boa se encontra situada entre vastas áreas de terra semi-árida, caatingas, e igapós, onde não há possibilidade de cultura.

Os ecólogos classificam a área do Alto Rio Negro como do tipo "oligotrófico", isto é, um ecossistema extremamente fragil que necessita formas de adaptação altamente específicas. Segundo os ecólogos, "as florestas nestes ecossistemas oligotróficos são extremamente eficientes em termos de captação e ciclagem de nutrientes, mas são baseados num ciclo quase fechado. E, desmatando a floresta quebra este ciclo, resultando numa degradação rápida do ecossistema." (Hill & Moran, 1983).

Devido a pobreza da terra, os Baniwa praticam uma agricultura itinerante e rotativa. Daí, as suas roças se afastam cada vez mais das suas aldeias. Normalmente, uma roça pode ser cultivada por três anos antes de que o solo perca a sua fertilidade. O prolongamento de cultura num lugar contribue a uma redução na recuperação da terra. Por causa da pobreza extrema dos solos no Rio Içana, este processo de recuperação dos solos é extremamente lento. Na região do Rio Waupés, o processo leva entre 8 e 15 anos, mas no Içana, o mesmo processo leva entre 20 a 30 anos

em muitas áreas. Em parte, este fato explica porque muitas aldeias no Içana estão cercadas por áreas extensas de terras não-cultiváveis parecidas como desertos. São áreas de velhas roças que se transformaram em savana. Um outro fator que tem contribuído a esta situação é a prática das missões de fixar aldeias em lugares permanentes, rompendo o padrão cultural tradicional de mobilidade espacial, o que tem causado graves problemas de super-exploração dos recursos naturais e levado várias comunidades a depender dos mercados externos para suprimentos alimentares.

Somente estes fatores em si provem argumentos suficientes contra qualquer novo plano de assentamento ou desenvolvimento econômico através de <sup>cultivação</sup> intensivo ou projetos agropecuários na região. Os recursos ecológicos da região simplesmente não os sustentariam; seriam anti-produtivos, e resultariam em falência depois de pouco tempo. Um exemplo do que poderia acontecer é um projeto recente de assentamento, administrado pelo ITERAM, perto de Cucui no Alto Rio Negro. Devido às dificuldades ecológicas da região e a falta da infra-estrutura, o projeto falhou logo depois do seu início no começo desta década. <sup>¶</sup> Ao invés de introduzir novos projetos de colonização ou desenvolvimento econômico na região, com grandes gastos de dinheiro, mas baseados em poucos ou nenhum conhecimento da sua ecologia, seria melhor, em nosso ver, achar uma solução com os próprios Baniwa que muitas vezes têm mostrado a sua vontade e capacidade de utilizar os seus conhecimentos da região para desenvolver os seus recursos. Estudos ecológicos recentes (Hill & Moran, 1983) mostram, por exemplo, <sup>como que</sup> umas comunidades Baniwa de Venezuela têm conseguido manter o seu alto nível de conhecimento agrônomico (em termos dos solos, as melhores áreas para <sup>cultivação</sup>, as safras apropriadas para cada tipo de solo, etc.), que faz parte da sua identidade cultural como agricultores, mesmo com um novo papel de produtores comerciais de mandioca. Aliás, como veremos na parte seguinte, os Baniwa têm uma longa experiência com projetos de desenvolvimento introduzidos por estranhos no seu território.

Um outro fator importante a mencionar aqui é que apesar dos limites internacionais das fronteiras, os Baniwa do Brasil mantêm fortes laços com os de Venezuela e Colombia. Estes laços são definidos por parentesco, trocas comerciais, e religião. Fazem visitas freqüentes aos seus parentes, atravessando as fronteiras pelos caminhos antigos que eles têm usado por muitos séculos.

## Os Baniwa e as Fronteiras na História

Um simples exame da história do Alto Rio Negro mostra o seguinte: 1.) que as várias tentativas pelo estado brasileiro de demarcar estas fronteiras e de controlar a ~~uma~~ população indígena muitas vezes causaram graves problemas, inclusive a desorganização e fugas de comunidades Baniwa; 2.) que, até hoje, não tem havido nenhuma tentativa de desenvolver os recursos humanos e naturais da região, introduzida por estranhos, que foi bem sucedida; 3.) que as relações entre os militares brasileiros da fronteira e os Baniwa nunca foram muito boas e muitas vezes têm sido caracterizadas pela exploração de mão-de-obra indígena e o mal tratamento dos índios pelos militares; e 4.) que, como resultado deste mal tratamento, os Baniwa, com poucos exceções, guardam uma grande desconfiança pela presença dos militares brasileiros no seu território. Não é difícil entender esta atitude dos índios em vista dos fatos de história:

Durante o século 18, os Baniwa sofreram os efeitos das políticas oficiais de escravidão e dos descimentos. Como nós tivemos a ocasião de notar em outro lugar (Wright, 1983):

Por intermédio de guerras de extermínio perpetradas pelos traficantes de escravos, nações inteiras que habitavam as margens do Rio Negro foram aniquiladas... Por um período de cerca de 15 anos (1740-55), os traficantes levaram mais de 20,000 índios escravos, deixando vastas regiões do Alto Rio Negro depopuladas. Quando em 1755, a escravidão foi oficialmente abolida, os Baniwa do Brasil tinham perdido aproximadamente uma quinta parte da sua população antes do contato."

De qualquer forma, porém, a reação dos indígenas não foi pacífica e despontaram rebeliões e movimentos messiânicos. Muitos outros fugiram da colônia portuguesa no Rio Negro para o território espanhol, onde entraram em alianças com os espanhóis e se assentaram em novas aldeias da fronteira.

Na segunda metade do século 18, o governo luso-brasileiro começava a se-preocupar mais e mais com a segurança nacional e, por isso, desenvolveu políticas ora objetivando a assimilação e incorporação compulsória dos indígenas, confinando-os a estabelecimentos de ensino, a aldeamentos forçados, no emprego de construção de fortes ou prédios públicos, no engajamento ao serviço real, ora simplesmente reprimindo-os violentamente.

Milhares de índios foram mais ou menos persuadidos a ~~abandonar~~ <sup>abandonar</sup> suas terras e povoar novos estabelecimentos chave para a segurança da colônia. Foram obrigados a trabalhar baixo da administração dos militares e moradores. Centenas de índios foram empregados nas obras de demarcação das fronteiras em 1785. Du-

5...

rante este tempo, os Baniwa e outros grupos sofreram graves perdas na sua população, devido às epidemias, às deslocações forçadas ao Rio Negro, às atrozidades condições de vida e trabalho na colônia, e aos massacres perpetrados pelos militares (Wright, 1983, 1981, 1986). Mais uma vez, muitos índios resistiram os descimentos e a dominação, desertando as aldeias da colônia, fugindo a território espanhol, ou a esconderijos na selva. Os Baniwa, hoje em dia, lembram nas suas histórias orais desta época como uma época de terror e refúgio. Contam que os militares brasileiros os massacraram, raptavam os seus filhos para serviço militar e que, como resultado, quase não tinha mais Baniwa vivendo no Içana na época (o que é confirmado nos documentos; Wright, 1981).

Durante a primeira metade do século 19, as relações entre o governo brasileiro e os índios do Alto Rio Negro foram determinadas, em grande parte, pela demanda constante <sup>para</sup> mão-de-obra indígena e os seus produtos. Os administradores locais da colônia mantinham controle sobre os índios através de programas de serviço público e a exploração do seu trabalho. Em 1853, o novo governo estadual em Manaus lançou um programa de "civilizar e catechizar" os índios do Alto Rio Negro. Reviveu o sistema antigo de Diretores de Índios, aumentou o programa de serviço público, e tentou re-assentar grandes números de índios em lugares mais acessíveis para os motivos do governo. Em 1854, em preparação para a nova demarcação das fronteiras com a Venezuela, o governo começou as obras de construir um novo forte em Cucui.

O programa do governo nesta época se provou extremamente abusivo: os militares "agarraram" índios Makú da floresta e os vendiam; raptaram crianças indígenas e as vendiam; periodicamente "sacaram" aldeias para obter trabalhadores e produtos nativos; massacraram grupos como os Carapaná, e levaram os sobreviventes para trabalhar em Manaus ou nos fortes; e usavam força armada para realizar os re-assentamentos (todas estas práticas são documentadas amplamente ~~no~~ Arquivo do Amazonas; vé Wright, 1981, 1983, 1986). Fora destes abusos, os Diretores e outros militares continuavam a explorar a mão-de-obra indígena. Como uma consequência, os Baniwa não tinham condições de se-sustentar e, pelo fim da década de 1850, se-organizavam em movimentos milenários e messiânicos, e rebeliões contra a autoridade opressiva dos militares e a exploração pelos regatões. Estes movimentos continuavam durante três anos, sofrendo várias ações repressivas e violentas na parte dos militares brasileiros, o que levou centenas de Baniwa a fugir para o território venezolano. Por causa desta situação, o trabalho da nova demarcação de limites <sup>em preparação</sup> para um tratado com a Venezuela em 1859 ficou uma tarefa extremamente

62...

delicada. Embora que o governo ach<sup>ou</sup> ~~que~~ que os movimentos fossem o resultado de uma conspiração internacional contra os interesses da nação, o verdadeiro problema -- a situação deplorável dos índios -- permaneceu sem solução.

Somente vinte anos depois, na década de 1870, o estado atualmente começou a demarcar estas fronteiras, mas foi a época em que todos os índios do Alto Rio Negro foram engajados na exploração de borracha -- escravizados pelos seus patrões e em condições precárias de vida. Houve novos surtos de messianismo entre os Baniwa e Tukano e, mais uma vez, a policia estadual reprimiu os movimentos aprisionando os seus líderes. A preocupação do governo brasileiro para a segurança e a demarcação das suas fronteiras era mais importante do que as legítimas reivindicações dos índios contra a exploração do seu trabalho.

No começo do século 20, o etnógrafo alemão, Theodor Koch-Grünberg, durante a sua visita ao Rio Içana em 1901, notou que os Baniwa do Içana queixava de um tenente de Cucui que "com o auxílio das praças do seu comando dava caça aos índios do Içana e do Caiari para guarnecer suas embarcações e fornecer remadores aos que transitavam por lá." (Lopes de Sousa, 1958: 207) Como era já de seu costume, os Baniwa fugiram para os seus esconderijos na selva quando os militares se aproximavam às aldeias.

A mesma experiência chocou o Curt Nimuendajú em 1927 quando ele -- encarregado pelo S.P.I. de fazer um levantamento da população indígena do Alto Rio Negro um ano antes da demarcação oficial dos limites com a Colombia -- visitou as aldeias dos Baniwa. A impressão do Nimuendajú sobre a região revela o triste estado das relações entre os índios e os "civilizados":

O Índio hoje vê em qualquer civilizado com que ele depara o seu algoz implacável e uma fera temível. É hoje trabalho perdido querer conquistar a confiança do índio por meio de um tratamento fraternal e justiceiro. Mesmo os actos mais desinteressados ele atribui a motivos sujos, convencidos de que só por uma conveniência qualquer o civilizado disfarça ocasionalmente a sua natureza de fera. Para mim pessoalmente, acostumado a convivência íntima com os índios das tribus e regiões mais diferentes, a permanência entre os do Içana e Uaupés foi muitas vezes um verdadeiro martírio, vendo-me sem mais nem menos e com a maior naturalidade como criminoso, perverso e bruto." (Nimuendaju, 1950: 173)

Embora que um posto de ajudância do S.P.I. fosse estabelecida logo depois da visita de Nimuendajú entre os Baniwa, ficou somente uns pouco anos antes de ~~ser~~<sup>ser</sup> desativado. Os Baniwa permaneceram sem assistência alguma até a chegada dos missionários Salesianos na década dos 50.

A Segunda Guerra Mundial trouxe ~~uma~~ novos interesses internacionais no valor estratégico do Noroeste Amazônico como um caminho potencial para a exportação de borracha, que evitava o perigoso Oceano Atlântico do Norte. Novas instituições administrativas, militares e econômicas foram estabelecidas na região e as fronteiras ficavam mais e mais como obstáculos para a sobrevivência dos Baniwa ao invés de ser uma região de refúgio. Mesmo o Corpo de Engenheiros dos Estados Unidos ficou envolvido no desenvolvimento das águas da região, propondo a construção de numerosas barragens e represas dos seus rios mais importantes para facilitar a exportação de borracha. E, mais uma vez, os Baniwa, vitimizados pelos patrões, seguiram novos líderes messiânicos em movimentos milenários, nesta ocasião na forma de protestantismo evangélico introduzido pelas Missões Novas Tribus (Wright, 1982, 1983).

Esta religião, porém, foi introduzida por missionários norte-americanos e, como vários autores atestam, o radicalismo destes missionários causou muitos conflitos entre comunidades Baniwa convertidas ao evangelismo e as que preferiam não se converter. Por exemplo, os missionários instruíram os seus seguidores a chamar os militares brasileiros quando ouviram falar que os pajés ou outros especialistas da religião tradicional Baniwa praticavam os <sup>seus</sup> rituais. Os militares apoiavam os missionários e forçaram grupos inteiros de Baniwa fora do seu território tradicional -- uns fugindo para Colombia, outros para o Baixo Guainia na Venezuela (Hill & Moran, 1983).

Hoje em dia, os Baniwa enfrentam uma situação extremamente grave em que estão sendo vitimizados pelas mesmas forças que têm atuado na sua história de 250 anos de contato com a sociedade brasileira: a exploração de seus recursos e de seu trabalho; a questão geopolítica e da segurança nacional que inclui até uma paranoia sobre ~~uma~~ ameaça estrangeira na região; e o uso de força militar para impor controle sobre as suas vidas. Em 1986, os Baniwa denunciaram de novo os maltratos perpetrados por forças policiais que, presentes na região, interferem nos conflitos entre eles e os invasores de suas terras: os garimpeiros e empresas de mineração.

### A Questão de Terras e Mineração

Com a notícia de ouro nas terras dos Baniwa em março de 1982, correram para a região garimpeiros e empresas como a GOLDAMAZON, iniciando os conflitos com os índios. Os garimpeiros têm sido preteridos pelas empresas, apoiadas pelo governo estadual e pelas forças policiais, e repetidas vezes foram retiradas da área. Desde então, a região é palco de invasão de garimpeiros, espanca-

Além do fato de que o acordo foi feito numa maneira ilegal, ele viola os direitos indígenas às suas terras e os seus recursos tanto do ponto de vista do Estatuto do Índio como da Constituição. Portanto, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) recentemente fez uma Representação diante do Procurador Geral da República contra a empresa e a FUNAI, pedindo a anulação do acordo (CIMI, 10/86).

Um outro fator importante nesta situação é a presença de guerrilheiros do movimento colombiano M-19 nas fronteiras de Colombia e Brasil, com quem os Baniwa estão supostamente contrabandeando ouro e armas. Não há provas que o número de guerrilheiros seja muito grande e com certeza, a estimativa de três mil, feita pelo dono da GOLDAMAZON (Jornal do Brasil, 4/1/87) é exagerada. Há indicações, também, que os guerrilheiros nem têm condições de conseguir suprimentos na região, o que leva à conclusão que não há ameaça alguma de uma "invasão" no território brasileiro. Os Baniwa admitem que trocam mercadoria com os guerrilheiros porque dizem que os guerrilheiros os tratam bem e os ajudam, em contraste com o mal tratamento que eles têm recebido nas mãos dos militares brasileiros (inclusive torturas e espancamentos; A Notícia, 06/05/86). O que há, enfim, de se esperar depois de tantos anos de abusos de autoridade na parte dos brasileiros ?

### O Projeto Calha Norte: Uma Proposta para Reformulação

Ao invés de aumentar a presença militar brasileira na área -- o que poderia ter consequências graves inclusive a deslocação de outras comunidades Baniwa para a Colombia e Venezuela -- e ao invés de introduzir novos projetos de desenvolvimento -- o que poderiam falhar em vista da precaridade ecológica da região, além de não ser aceitos pelas comunidades indígenas -- seria melhor, em nosso ver, pensar em alternativas viáveis de desenvolvimento que serão mais apropriadas às realidades da ecologia, e dos povos indígenas, e ao mesmo tempo, que satisfazem as necessidades do estado de fiscalizar as suas fronteiras.

No que diz respeito ao Alto Rio Negro, o Projeto Calha Norte analisa o problema principal da região como sendo os "problemas indígenas e atividades ilegais de mineração e narcotráfico." Propõe como a solução estratégica "a maior presença militar" (PCN: 7). Para isso, há varios projetos especiais que visam "estimular atividades educacionais e econômicas; prestar assistência de saúde à população local; integrar os silvícolas à comunidade nacional; e inibir o transito ilegal dos estran-

10...

geiros, o narcotráfico, e a evasão de riquezas."

O programa proposto para a área dos Baniwa inclui a criação do 5º Batalhão Especial da Fronteira em São Joaquim (Rio Içana) com instalações para os quartéis do Pelotão, uma pavilhão para instalações de representantes de órgãos federais, a implantação da infra-estrutura física, e melhoramento do apoio social básico (saúde, educação, abastecimento de água, eletrificação rural, desenvolvimento comunitário, e áreas de lazer), "bem como a interiorização de polos de desenvolvimento econômico, particularmente através de um processo de colonização com assentamento dirigido de famílias, e a ampliação da infra-estrutura viária." (PCN: 17)

Para todas estas atividades, um orçamento de aproximadamente 140 milhões de cruzeiros foi previsto até 1990 (aproximadamente 86 milhões de cruzeiros serão aplicados somente em 1987).

O PCN também inclui um Projeto Especial para a Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limitrofes, o que <sup>significa</sup> ~~significa~~ na área dos Baniwa, a demarcação dos limites com a Colômbia e a Venezuela, bem como a cooperação técnica internacional em projetos de desenvolvimento (produção agropecuária, etc.)

E, finalmente, o PCN visa fortalecer as ações da FUNAI na área e promover estudos e demarcações de áreas indígenas. Especificamente, o programa de projetos inclui a ampliação do quadro de pessoal da FUNAI; a construção e manutenção de 9 postos indígenas novos (2 na área dos Baniwa); a reforma do P.I. São Joaquim; a construção de 3 campos de pouso (1 no Içana, já sendo feito); reformas e manutenção da sede da FUNAI em São Gabriel da Cachoeira; estudos para a delimitação e demarcação da área indígena; e projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato. O orçamento para todas estas atividades da FUNAI até 1990 é aproximadamente 29 milhões de cruzeiros, mais de metade da qual para os salários do novo pessoal a ser contratado, enquanto não há indicações no orçamento quanto será gasto para os estudos de delimitação e demarcação.

Uma simples inspeção do Programa revela contradições e insuficiências enquanto as suas metas, os seus recursos e planos de ação. Especificamente,

1.) Uma desigualdade enorme entre os recursos destinados ao projeto de aumentar a presença militar na área e o projeto de incrementar as ações da FUNAI ou prestar assistência aos índios. Embora que o projeto declara que a definição de uma nova política indigenista na região "não demandaria novos recursos financeiros", a quantia de 29 milhões de cruzeiros é um absurdo, ób-

11...

viamente inadequada para realizar qualquer trabalho efetivo considerando que a população indígena da região é uma das maiores do país;

2.) A falta absoluta de definição e clareza no ~~projeto~~<sup>grama</sup> da FUNAI para "projetos de desenvolvimento comunitário" (em que consistem?) e nos estudos de delimitação e demarcação das áreas indígenas (até quando?). Aliás, nenhum recurso financeiro está destinado a este objetivo;

e 3.) Apesar de que o PCN aponte os problemas de mineração, contrabando, e narcotráfico como os maiores da região, não há nenhuma ação federal especificamente definida para fiscalizar estas atividades ilegais (vê: "Quadro Consolidado..." do PCN, categoria "Ação de fiscalização federal" onde não consta nenhuma atividade contra garimpeiros, narcotráfico, etc.).

Além destas insuficiências internas do PCN, há numerosas outras dificuldades que, se não forem resolvidas antes da implantação do projeto, terá graves consequências. Estas são as seguintes:

1.) O aumento na presença militar em São Joaquim, sem dúvida, causará a deslocação de muitas Baniwa fora do país;

2.) O assentamento de famílias dentro da área indígena, além de ser uma violação de direitos indígenas, causará a deslocação de <sup>comunidades</sup> Baniwa, e graves danos ecológicos;

3.) Os projetos agropecuários, causarão graves danos ecológicos;

4.) O controle sobre o trânsito ilegal dos estrangeiros pressupõe controle sobre a interação entre os Baniwa do Brasil e os seus parentes de Venezuela e Colombia, o que é uma violação de direitos humanos, e causará desorganização social.

Em suma, nem os planos de ação, nem os recursos do PCN realizarão os objetivos e diretrizes do Programa de Desenvolvimento para a Amazônia, delineados na p. 32 do PCN: "utilizar seus recursos obedecendo 3 requisitos essenciais: que seu uso seja economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto; reconhecer e valorizar as características e peculiaridades das sociedades e culturas amazônicas; elevar o nível de vida da população; e interiorizar e internalizar o desenvolvimento, de forma a reduzir as desigualdades funcionais, espaciais, e setoriais."

Queremos propor aqui uma série de medidas concretas para a reformulação dos objetivos e dos programas do PCN no que dizem respeito aos Baniwa. Estas medidas não representam tudo que poderia ser feito, mas apenas tentam tratar dos problemas mais graves e urgentes, e sugerir uns passos para uma solução.

12...

1.) O problema de mineração na área Baniwa tem que ser resolvido com urgência, já que seja uma situação potencialmente explosiva. A Representação recentemente feita pelo CIMI inclui uma serie de medidas que deveriam ser consideradas com urgência;

2.) O problema da demarcação das terras, deve ser resolvido com igual urgência. Para isso, os representantes dos órgãos federais (A FUNAI, o INCRA) e estaduais (o ITERAM) responsáveis devem responder ao pedido feito no ano passado para uma comissão de demarcação na área;

3.) Qualquer nova presença dos militares na área Baniwa deve ser restrita e sujeita a um controle rigorosa (na escolha do pessoal, avaliação periódica, etc.) na parte dos órgãos responsáveis (principalmente o Exército);

4.) Nenhum programa de colonização ou assentamento dentro da área indígena;

5.) Nenhum controle no trânsito dos Baniwa para visitar os seus parentes na Venezuela e na Colombia;

6.) Os programas de apoio social, bem como os programas indigenistas (projetos de desenvolvimento comunitário) deveriam incluir a plena participação dos Baniwa, através de seus líderes, ou organizações legitimamente reconhecidas, no seu planejamento e realização;

7.) Quaisquer projetos de desenvolvimento econômico deveriam ser cuidadosamente estudados antes de ser planejados, através de pesquisas ecológicas e antropológicas, e com a plena participação dos Baniwa.

Creemos que, com estas medidas, os objetivos do PCN possam ser realizados. Se um objetivo principal do PCN seja de "valorizar a cultura das sociedades indígenas, com o propósito de integrá-los progressiva e harmoniosamente na comunhão nacional", a única maneira humana é de reconhecer que a sociedade e a cultura Baniwa têm o direito ao seu proprio lugar dentro da "comunhão nacional", e isto será determinada por eles não pelo estado e seus representantes militares. É de reconhecer os Baniwa como plena participantes na comunhão nacional. E é de reconhecer que somente através deles e seus conhecimentos profundos da região, o desenvolvimento do Alto Rio Negro poderia ter um bom êxito.

## Referências bibliográficas

- 1.) Conselho Indigenista Missionário (CIMI)  
1986. "Representação em favor dos Boniwa ao Exmo. Sr. Dr. José Paulo Sepúlveda, Procurador Geral da República" 28 de outubro 1986.
- 2.) Hill, Jonathon e Emílio Moran  
1983. "Subsidy and Resource Use in the Rio Negro Basin, Venezuelan Amazon" em Wm. Vickers e Raymond Homes (eds.), Native Responses to Amazonian Ecology. New York: Academic Press.
- 3.) Nimuendaju, Curt  
1950. "Reconhecimento dos rios Jeana, Ayari e Uaupés." Jornal de la Société des Américanistes de Paris, vol. 39: 125-183; e 44: 149-178.
- 4.) A Notícia  
1986. "Militares prendem e torturam índio Boniwa," 06/05/86.
- 5.) de Oliveira, Adélia E.  
1979. "Depoimentos Boniwa sobre as Relações entre Índios e 'Civilizados' no Rio Negro." Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. No. 72, janeiro...
- 6.) Porantim  
1985. "Na área Boniwa, PM e FUNAI apoiam garimpo." 02-08/85.  
p. 12.
- 7.) Sousa, Marcecha Boanerges Lopes de  
1959. Do Rio Negro ao Orenoco. Pub. no. 111. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro.
- 8.) Wright, Robin M.  
1986. "Dados referentes à situação dos Boniwa, 1986." ms.

Referências (cont.)

9.) Wright, Robin M.

1986. "Guerras de Ouro no Alto Rio Negro," Introdução ao "Noroeste Amazônico." Aconteceu 85/86. CEDI: São Paulo.

1986. "History, Ritual and Myth: Nineteenth Century Millenarian Movements in the Northwest Amazon." (com Jonathan Hill). Ethnohistory. Vol. 33, no. 1. pp. 31-54.

1984. "The Wakuenaí." Ficha-padrão, Projeto Levantamento, CEDI. ms.

1983. "Lucha y Supervivencia en el Noroeste de la Amazonia." América Indígena. Vol. XLIII, no. 3, p. 537-553.

1982. "Demons with no heads: NTM and the Baniwa of Brazil." ARC Bulletin no. 9, dez. p. 9-13.

1981. History and Religion of the Baniwa Peoples of the Upper Rio Negro Valley. Ph.D. dissertação. Universidade de Stanford.



POVOADOS e SITIOS DO RIO ICANA E SEUS AFLUENTES./

Icana:

- |                    |                      |
|--------------------|----------------------|
| 1- Destacamento    | 41- Arapago          |
| 2- Boa Vista       | 42- Puyanha rupitá   |
| 3- Auxiliadora     | 43- Tucunã rupitá    |
| 4- Iana-canã       | 44- Panari           |
| 5- Camarão         | 45- Yandú cache eira |
| 6- Ituin           | 46- Mauá cachoeira   |
| 7- Tucano          | 47- Trindade         |
| 8- Maracajá        | 48- Nazaré           |
| 9- Teiú ponta      | 49- Uaracú           |
| 10- Cabogudo       | 50- Siusi            |
| 11- S. Pedro       | 51- Tananduá         |
| 12- Livramento     | 52- Matapi           |
| 13- Pirayauara     | 53- Coraci           |
| 14- Vila nova      | 54- Paná paná        |
| 15- Caranai        | 55- Iú lago          |
| 16- Sainá ayura    | 56- Maracá           |
| 17A Santa Cruz     | 57- Nazaré           |
| 17 Assunção        | 58- Barcelos         |
| 18- Janauari       | 59- S. Joaquim       |
| 19- S. Tomé        | 60- Uarirambá        |
| 20- Jaquirana      | 61- Campo alto       |
| 21- Matapi         | 62- Matraca          |
| 22- Tucumaré       | 63- Sentarém         |
| 23- Magarico       | 64- Uainambi         |
| 24- Barcemoni      | 65- S. Tomé          |
| 25- Tapeçua        | 66- Camanaus         |
| 26- Mangueira      |                      |
| 27- Nazaré         |                      |
| 28- Ambaúba        | <u>Cubate:</u>       |
| 29- Castelo Branco | 67- Uacarã           |
| 30- Belém          | 68- Nazaré           |
| 31- Taysú caõera   | 69- Santa Luzia      |
| 32- Lodoví         | 70- Belém            |
| 33- Mauá           | 71- Sussú lago       |
| 34- Tunuí          | <u>Guáari:</u>       |
| 35- S. José        | 72- Boa Vista        |
| 36- Jacaré pogo    | 73- Bela Vista       |
| 37- Santa Rosa     | 74- S. Tomé          |
| 38- Tapiira ponta  |                      |
| 39- Santa Marta    |                      |
| 40- Yuivitera      |                      |

Aiari:

- 75- Santana
- 76- Maguari
- 77- Am'ericã
- 78- Japú ponta
- 79- Loiro pogo
- 80- Urumitú lago
- 81- Mirá pirera
- 82- Camarão
- 83- Cará igarapé
- 84- Xibará
- 85- Miriti runasaua
- 86- Betânia
- 87- São Joaquim
- 88- Poraqui lago
- 89- Uirá uasú
- 90- S. Pedro
- 91- Santa Rita
- 92- Canadá
- 93- Marabitanã
- 94- Pirayaucara pogo
- 95- Arará Pirá
- 96- Inambú
- 97- Paná paná
- 98- Santarém
- 99- Uapuí
- 100- Surubí
- 101- Uaraná runasaua
- 102- Ucuquí cachoeira
- 103- Jurupará cachoeira

- LINGUAS FALADAS NO RIO IGANA: (aproximadamente)

Ñeenratú: rio Igana, números 01 até 24 e todo o rio Gubate, Nº 67 á 71

Baniwa: rio Igana, números 25 até 51 e todo o rio Aicari e Oulierí

Korripakó: rio Igana, números 52 até 66.

- POPULAÇÃO (aproximada, <sup>7</sup> *foi* feita em 1980): 3.722

de língua Ñeenratú: 832

" Korripako: 698

" Baniwa: 2.192

TOTAL DE FAMILIAS: 686

- ESCOLA: Escolas dependentes da nossa missão católica "Assunção" do Igana:

01 no centro até a quarta série, externato, e 07 esólinhas rurais.

Total de professores: 14.

MODO DE VIDA: Os índios baniwa são sedentários; vivem da caça e da pesca e o cultivo, especialmente da mandioca, base da sua alimentação. Devido a pobreza da terra, fazem uma agricultura migratória e rotativa. Daí as roças dos índios se afastam cada vez más dos seus povoados. Nos últimos anos surgiu o problema da cocaína. Muitos índios foram a Colombia onde aprenderam a fabricação da cocaína, e voltavam com seu motor de popa, 25 H.P., gravadora, rádio, relógio (mesmo sem saber utilizá-lo). Diminui bastante este movimento e agora surgiram os garimpos. No Igana só se fala em ouro, surgiu o mito do ouro. Enquanto só trabalham os índios, não há grandes problemas. Os problemas aparecem com a entrada de garimpeiros "brancos", e agora estamos esperando a entrada de Empresas mineradoras. Já faz perto de um ano que estão na boca do Igana esperando licença para invadir nossa área, que ainda não foi demarcada.